

**SOBRE O GRUPO DE TRABALHO - SISTEMA DO COMERCIO JUSTO E SOLIDÁRIO - GT-SISTEMA
- Texto para discussão -**

Haroldo Mendonça

1. Apresentação

O presente texto é uma tentativa de contribuir nos debates a cerca da proposta do normativo junto as bases das organizações visando apresentar uma síntese dos debates e discussões em curso no grupo de trabalho que elabora uma proposta de normativa para constituição de um sistema de comercio justo e solidário no Brasil, procurando registrar os avanços até aqui obtidos e os impasses e dúvidas que persistem no referido sistema bem como outras questões que carecem ainda de aprofundamento conceitual e debate político aos quais se chegaram nesse diálogo social.

Para tal propósito é necessário considerar uma observação não menos importante, diz respeito aos consensos, posicionamentos, divergências e diferenças explicitadas no documento, onde as mesmas são baseadas nos resultados das duas reuniões feita de forma informal até o presente pelo grupo trabalho

2. Audiência Pública sobre o Sistema Brasileiro de CJS

Compondo a programação da I Feira Nacional de Economia Solidária. A audiência pública sobre o Sistema Brasileiro de Comércio Justo, Ético e Solidário, ocorrida no pavilhão da Bienal no Parque Ibirapuera em São Paulo buscou fortalecer o Comercio Justo e Solidário no Brasil. Essa iniciativa se deu como forma de enfrentamento ao desafio da comercialização diagnosticado no mapeamento nacional como uma das principais demandas dos 15 mil empreendimentos econômicos solidários mapeados pelo Sistema de Informação em Economia Solidária - SIES do MTE/SENAES.

Contando com a participação dos representantes dos grupos que se reuniram antes, nos dois seminários preparatórios, com objetivo de apresentar um documento-proposta ao governo federal sobre o Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário, denominado de “Carta de São Paulo”, que foi lido e entregue pelos seus representantes, as três principais articulações nacionais que discutem o tema - Fórum de Articulação para o Comercio Ético e Solidário - Faces do Brasil; Articulação das Organizações de Produtores Familiares no Comércio Justo e Solidário - OPFCJS e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES e subscrita pelas 59 entidades presentes aos eventos dos dias anteriores.

A audiência se encerrou com o principal encaminhamento, o governo, por meio do MTE/SENAES, constituiria um grupo de trabalho específico para discutir e propor um Sistema Brasileiro de Comércio Justo, Ético e Solidário, com objetivo de elaborar um documento, o

qual serviria para subsidiar os ministérios envolvidos na criação de uma normativa. Além disso, o grupo deveria elaborar um outro documento denominado de termo de referência a políticas de fomentos em apoio ao sistema brasileiro.

3. Aspectos operacionais e organizativos

3.1. Objetivo do GT - SISTEMA

Subsidiar o governo federal com a elaboração de uma proposta de normativa para implantação de um Sistema Brasileiro de Comércio Justo, Ético e Solidário e um termo de referência que servirá de base a políticas de fomentos em apoio ao sistema brasileiro.

3.2. Caráter do GT - SISTEMA

A formação do grupo de trabalho é interministerial, com as representações dos ministérios como MTE, MDA e MMA, contando com a participação das principais representações ligadas ao tema Comércio Justo, Ético e Solidário do Brasil e o Sebrae.

3.3. Modalidade jurídica e mandato do GT - SISTEMA

- Por considerar dentro da governabilidade dos ministérios envolvidos foi decidido na segunda reunião do GT pela modalidade jurídica de Instrução Normativa.
- Definiu-se também por uma IN sintética, guarda chuva, que marcaria determinados pontos chaves para não dar margem a interpretações e ao mesmo tempo possibilitar que se garantam os acúmulos que são consensos históricos do movimento.
- Optou-se por utilizar as INs dos orgânicos como base de modelo para IN do SCJS.

3.4. Processo de elaboração da IN

- Considerando particularmente essa primeira etapa de trabalho. O grupo optou-se por um processo de elaboração dos documentos em âmbito interno, via direta, pelas próprias representações do GT e não por um processo de elaboração exaustivamente consultivo as bases devido principalmente a avaliação do grupo o que considerou a dinâmica do período eleitoral

3.5. Prazo / Cronograma de trabalho

- Em Abril de 2006, na audiência pública foi decidida a constituição de um GT, formalmente constituído. Com um prazo previsto de 90 a 120 dias para concluir seus objetivos
- O GT de foram informal já realizou duas reuniões de trabalho:
1ª - 10 e 11 de maio; 2ª 22 e 23 de junho.

3.6.1. Definição do cronograma:

- i) Tempo de elaboração do conteúdo (início e finalização);
- ii) Tempo para análise interna pelo jurídico do MTE MDA e MMA;
- iii) Tempo de organização para o lançamento (mídia).

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

DEPARTAMENTO DE FOMENTO

COORDENAÇÃO GERAL DE COMERCIO JUSTO E E CREDITO

No tempo de elaboração do conteúdo

- 01 mês para preparar boneca,
- 15 dias para os representantes das redes capitalizarem o documento (consultas, contribuição),
- 15 dias para sistematizar e fechar.

Etapas:

30 dias -elaboração virtual-consulta nas bases e sistematizar as contribuições

30 dias - potencializar todos os encontros previstos,

15 dias - sistematização e finalização

15 dias = 90 dias (até 30 de setembro)

No tempo para análise interna pelo jurídico do MTE MDA e MMA

até 30/10 -Envio as Conjur dos ministérios

Tempo de organização para o lançamento

até.20/12 -Promulgar uma norma pública